

Oralidade e Memória na Serra da Bodoquena: A narrativa oral como forma de registro da cultura audiovisual de uma região¹

Daniela Cristiane Ota²
Lairtes Chaves Rodrigues Filho³
Antonio Henrique Silva Negruny⁴

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Resumo

O presente trabalho trata das perspectivas de registro da cultura e da memória audiovisual da população da Serra da Bodoquena em Mato Grosso do Sul. A história dos cinemas e produções audiovisuais nas cidades está presente unicamente na memória e no relato oral das pessoas mais velhas. O registro dessa história deve valorizar o relato e a identidade dos sujeitos que contam suas histórias, tornando o resgate da memória tão pessoal e completo informativamente como a própria imagem vivida pelas fontes que corroboram e culminam na formação da cultura e regionalidade.

Palavras-chave

Cinema, narrativa, oralidade, memória, regionalidade.

Introdução

As relações entre cultura, território e memória constituem espectros únicos de pesquisa na compreensão da forma como as mídias interferem ou não, na dinâmica local-global e no agendamento dos assuntos discutidos pela sociedade.

Resgatar e registrar a memória de determinada região é sobremaneira, tornar permanente as dinâmicas de formação da identidade e da regionalidade nas cidades e complexos. Em termos de processos de formação cultural, comunicação e linguagem são

¹ Trabalho apresentado no GP Geografias da Comunicação, XII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Ciências da Comunicação (USP). Professora Adjunta da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: daniela.ota@ufms.br

³ Bolsista de Iniciação Científica do CNPq. Concluinte do curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: lairtes.filho.seeker@gmail.com

⁴ Bolsista de Extensão (Preae/UFMS). Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. antonio.negruny@gmail.com

elementos de identificação e de delimitação territorial, considerando que a territorialização acontece tanto geograficamente quanto culturalmente, sem uma ordem obrigatória.

Nas dinâmicas da regionalidade, a pesquisa em comunicação tem um papel fundamental, pois permite o resgate e a análise sistêmica da importância e influência dos produtos culturais e das mídias da formação cultural e política das populações.

O desafio maior é compreender os processos de mediação e mapear sistemicamente essa influência quando não há registros ou uma história escrita da presença dos mesmo.

Quando a história, inclusive a história e influência dos *media*, não encontra espaço no texto escrito, cabe à hereditariedade e a memória das populações a construção e o registro do desenvolvimento de suas regiões através do texto oral.

Memória e Oralidade

Regina Zilberman (2006), estudiosa dos aspectos gerais e comunicativos da oralidade, elenca em seu trabalho sobre a obra de Walter Benjamin nos estudos sobre as narrativas, pontos gerais que explicitam as razões pelas quais Benjamin privilegia a memória, de que depende a capacidade de narrar e a que associa a oralidade.

Na linguagem, e em especial na oralidade, desembocam as preocupações de Walter Benjamin. O ato de nomeação extrai a natureza das coisas, fazendo com que a palavra as imite, podendo passar por elas. Ao mesmo tempo em que o substantivo manifesta, por mimetismo, o ser do objeto que expressa, pode substituí-lo. Palavras e coisas se identificam, conforme um sentimento mágico de que são exemplos algumas religiões, conforme as quais se proíbe o uso de determinados vocábulos para não atrair a atenção de seus portadores. A oralidade é o modo mais notório da relação entre o nome e a coisa, mas a escrita, originalmente, não tem como objetivo romper essa unidade. A oralidade é igualmente expressão mais credenciada da memória, conforme o estudo sobre o narrador, aproximando não apenas as palavras e os seres, mas também as pessoas, falantes e ouvintes. (ZILBERMAN, Op. Cit.)

Se considerarmos tal como Zilberman ao ler Benjamin, que “a oralidade é a expressão mais credenciada da memória”, podemos afirmar que

A modernidade se caracteriza pelo rompimento da unidade primitiva, nostalgicamente recuperada por Benjamin. É igualmente o tempo da escrita individual e do isolamento do leitor, apontando para a dissociação, irrecuperável, entre a dicção e a redação, que o pensador diagnostica e

lamenta. Entende-se por que Benjamin prefere valorizar a memória, em detrimento do inconsciente, valendo-se da realização literária alcançada por Marcel Proust, que lida com o que chama de “*memória involuntária*”. Esta, fundada na suspensão da consciência e na abolição da temporalidade, enquanto fluxo cronológico, faculta o retorno do tempo, a apreensão do passado, a recuperação dos momentos primordiais. Constitui experiência absolutamente pessoal, tal como a regressão aos momentos traumáticos, possibilitada pela terapia psicanalítica; mas as experiências recobradas pela memória involuntária não são necessariamente penosas, basta que tenham sido decisivas para o sujeito que as vivencia.

Benjamin está interessado em diagnosticar o mal do século, caracterizado pela perda da experiência, que obstrui a linguagem e cala o homem. Baudelaire recupera essa capacidade pelo que Benjamin chama de “*experiência do choc*”, e Proust, de memória involuntária. Nestes casos, trata-se de valorizar a memória, com a conseqüente expressão lingüística que está na base da comunicação.

Seu fundamento é o tripé experiência-memória-oralidade. A escrita vem depois, mas, para se adequar ao projeto benjaminiano, não pode perder a natureza mimética, comprovada historicamente, se lembramos que os primeiros alfabetos, como os dos sumérios, por exemplo, tinham pendor ideográfico, como é, até o presente, o dos chineses. O Ocidente estilizou a escrita, tornando-a crescentemente convencional, assim como o significado dos signos, entendido pela Lingüística como arbitrário.²⁰ O processo, deplorado por Benjamin, separou memória e linguagem, colocando-se a escrita como divisor entre as duas e sublinhador das diferenças. (Ibidem)

A narrativa constitui, pois, o espaço em que a memória se manifesta, tomando toda recordação a forma de um relato retrospectivo. Representa a fonte do contar, logo, a origem da narração, exposição primitivamente oral de um sujeito para um grupo de ouvintes, com o qual compartilha interesses e expectativas.

A memória e sua transmissão oral permitem que a narrativa histórica modifique a escrita de estórias centralizada em grupos de poder, tornando protagonistas personagens que vivenciaram as histórias muitas vezes não presentes nos livros, grupos de personagens estes que exigem reconhecimento social e que lançam mão da memória coletiva como catalisadora e mediadora de um sentimento de pertencimento e identidade.

Para Tedesco (2004), “os elementos mediadores da memória, sejam objetivos, de consciência coletiva e individual, de políticas de lembrança e de esquecimento, etc., servem de suporte à cultura, à identidade social e étnica, à tradição”.

A formação cultural e os aspectos mais profundos da regionalidade estão diretamente ligados à forma como a memória e a oralidade da região é registrada e reproduzida como elemento da identidade cultural e do sentimento de pertença ao território geográfico.

Partindo da concepção de que toda memória, mesmo quando individualizada, é coletiva e de que apenas um pequeno grupo na sociedade (notadamente os que estão no poder e os que aspiram alcançá-lo) se preocupa em difundir, preservar ou negar a memória, podemos adentrar na noção de *enquadramento*, na qual também se inscrevem as *tradições inventadas*.

De acordo com Hobsbawn (2008), essas tradições “são reações a situações novas ou que assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória”. A incorporação dessas invenções à memória coletiva depende de um esforço lento, custoso, de convencimento, de manipulação do passado, mas que, entretanto, são legitimadas pelas necessidades contemporâneas ao contexto em que são criadas – de rupturas, de necessidade de preservação.

Segundo Picolli (2010), nesta perspectiva,

Podemos inferir ser a memória – ancorada pelo suporte da oralidade – um sistema cognitivo complexo, no qual, a cada recurso à rememoração, se desenha uma ressemantização de símbolos e de experiências em narrativas que assentam as identidades (e que por estas são enquadradas). Entretanto, a palavra *memória* pode ser associada a um sistema simplório de junção de lembranças intactas, imóveis, desvinculadas de contextos específicos, numa perspectiva *ahistórica*.

“Memória e história são complementares”. A história escrita e sua reprodução não podem permitir o esvaziamento da pessoalidade e da identidade marcada pela experiência dos integrantes do processo histórico.

Serra da Bodoquena

A Serra da Bodoquena (também conhecido como Planalto da Bodoquena) é uma microrregião geográfica que se localiza no sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul. Com uma área de 22.611,775 a região abrange os municípios de Bonito, Jardim e Bodoquena,

Bela Vista, Caracol, Nioaque e Guia Lopes da Laguna, somando, a população chega a 105.286, segundo dados do IBGE.



Figura 1. Localização da Serra da Bodoquena em MS

A região abriga o Parque Nacional da Serra da Bodoquena que foi a primeira unidade de conservação de proteção integral federal implantada no estado de Mato Grosso do Sul. A criação do Parque visou a proteger a maior área contínua de “mata atlântica” no estado, a qual se localiza sobre um terreno com características geológicas especiais, o que atende a objetivos de preservação e estudo da biodiversidade, bem como à recreação.

Seus limites abrangem 76.481 hectares, os quais foram transformados em área de utilidade pública pelo decreto de criação. O parque está dividido em dois fragmentos: um ao norte, com área de 27.793 hectares e outro ao sul, com 48.688 hectares.

Pertencente ao Brasil desde o tratado de Santo Ildefonso (1777) a região tem grande importância histórica para o Brasil e Mato Grosso do Sul devido a Guerra do Paraguai, que se iniciou em 1864 e se tornou o maior conflito armado da América do sul.

O município de Jardim, onde mais especificamente se concentra a vivência e a memória audiovisual tem ligação direta com a guerra. A fazenda que deu origem a cidade pertenceu ao guia José Francisco Lopes, grande conhecedor da região, foi ele quem guiou

as tropas na retirada da Laguna. Com o fim da Guerra, “a fazenda continuou com a pecuária”, até que em 1934 surge a necessidade de construir uma estrada ligando Aquidauana a Porto Murtinho e Bela Vista.

Com a compra de parte da Fazenda Jardim, a Comissão de Estradas e Rodagem nº3 (C.E.R-3) se instalou próximo ao vilarejo Guia Lopes (onde hoje é o município de Guia Lopes da Laguna). A partir de então, houve o loteamento e venda das terras.

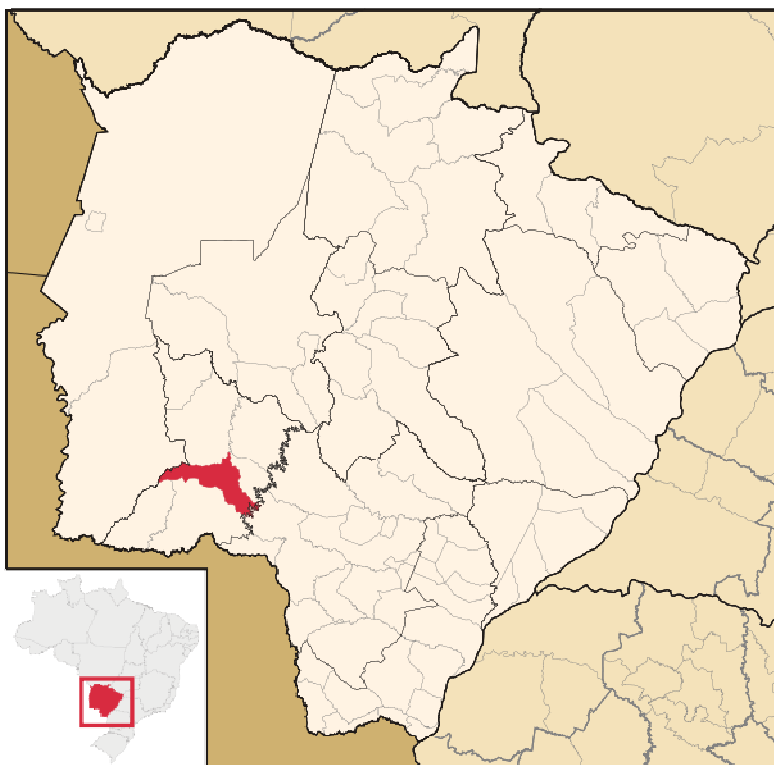


Figura 2. Localização do município de Jardim em Mato Grosso do Sul

Pesquisa em audiovisual na região: cinejornal e cinemas

Os primeiros estudos sociais e de comunicação na região foram iniciados em 2011 com a pesquisa de iniciação científica do acadêmico Lairtes Chaves sob orientação da Prof^a Dr^a Ruth Penha Alves Vianna e buscava resgatar a percepção e a memória da população de Jardim, Guia Lopes da Laguna, Bonito e Bodoquena.

Durante o trabalho, evidenciou-se a ausência de qualquer registro acerca da presença dos próprios cinemas nas cidades. Algumas plantas e escrituras de terreno da

década de 70 surgiram como registros materiais únicos. A matéria prima e objeto principal do estudo estabeleceram-se então apenas pelo uso do relato acerca da história das cidades, dos cinemas e depois, dos cinejornais enfim.

Em Guia Lopes da Laguna encontraram-se relatos e registro de planta de um cinema, desativado no começo dos anos 90. Em Bonito relata-se a presença de um cinema entre 1980 e 1986. Bodoquena não teve cinemas ou salas de exibição. Jardim teve dois cinemas, um iniciado na década de 60, logo após a fundação da cidade, destruído por ordem do comando militar em 1989 e, outro comercial, falido pela falta de público e período desconhecido.

Os dados históricos não puderam ser conhecidos por registros, mas pela memória das pessoas que vivenciaram essa história. O relato oral por si configurava uma narrativa rica em detalhes e descrição de cenários e personagens, que por si permitiam o entendimento de contextos e formação sócio-política das cidades.

A pessoalidade e entendimento, bem como os boatos e interpretação de acontecimentos locais e nacionais estão presentes e todos os objetos, de modo que ao cruzar relatos, é possível encontrar elementos de repetição – como partes de texto – em todas as narrativas.

O projeto de preservação da memória e do patrimônio histórico e cultural sul-mato-grossense pelos cinejornais tem como referenciais teóricos estudos desenvolvidos por autores como Lowenthal (1989) e Le Goff (1994), que desenvolvem pesquisas quanto à história e a memória coletiva, respectivamente.

Para Lowenthal, a memória pode ser entendida como um processo que colabora na projeção de um futuro, balizado pelos contextos históricos do passado. Memória, história e relíquias para o autor constituem metáforas mútuas, ou seja, fontes de conhecimento.

Le Goff também compartilha essa linha teórica explicando que a memória coletiva tem a função de contribuir para o sentimento de pertinência a um grupo de passado comum, que compartilha memórias. Ela garante o sentimento de identidade do indivíduo calcado numa memória compartilhada não só no campo histórico, do real, mas, sobretudo no campo simbólico.

Entendeu-se nessa pesquisa a necessidade de se conservar documentos, depoimentos, imagens e áudio; “a existência de um suporte material é imprescindível, pois permite registrar o pensar, o sentir, a história, os saberes de uma comunidade em determinado período” (RODRIGUES FILHO; VIANNA, 2012).

Rodrigues Filho e Vianna (Op. Cit.) afirmam que em Mato Grosso do Sul, a experiência dos cinejornais foi notória, enquanto ainda estado de Mato Grosso, considerando a separação do estado em 1977. “Apesar da presença constante de imagens de cidades da região nos cinejornais que passavam por todo o território nacional, não há registro ou arquivo dos mesmos em território estadual”.

O conhecimento da importância, da representação e da experiência do cinejornalismo no estado, dá-se apenas por relatos orais das populações que se utilizavam quase que exclusivamente das telas de cinema para receber notícias e informações sobre o que acontecia na nação desde o governo Vargas até o final da década de 80. (Rodrigues Filho & Vianna, 2012)

Apesar de sua importância, os autores afirmam que pouco tem se estudado sobre o assunto no país e, não há registros acerca das narrativas e das reproduções imagético-sonoras no estado. “Compreender a maneira como a sedução do audiovisual no cinema, emplacou informações e representações das classes sociais e de poder na construção da realidade sul-mato-grossense, é, entender o desenvolvimento de todo o estado”, e da própria popularização da televisão e seus produtos comunicativos como comunicação de massa.

Abrigando populações indígenas como Terenas, Kadiwéu e Guarani, além de paraguaios residentes, fazendeiros e peões, e o pantaneiro como homem histórico, entender o processo de construção imagética e mítica da realidade e imaginário nessa região partir de como essas minorias se vêem e reproduzem em comportamento as informações agregadas dos valores impostos nas grandes telas é fundamental para narrar posteriormente a formação pós-moderna dessas populações e o desenvolvimento da narrativa jornalística e audiovisual no estado. (Ibidem)

A pesquisa da influência dos cinejornais (produtos culturais-informativos) culminou obrigatoriamente na presença dos cinemas (espaços físicos), possuem transversalmente um ponto de encontro que é base para qualquer estudo de mídia audiovisual na região: a memória audiovisual e sua reprodução carecem de registros e só subsiste nas condições culturais e hereditárias da oralidade.

O texto oral não é apenas fonte histórica única, mas patrimônio cultural imaterial e deve ser preservado à medida que conserva em suas especificidades a narrativa do

desenvolvimento e da formação cultural, identitária e de território das cidades por meio de sua população.

Considerações Finais

Como registrar essa memória sem perder a subjetividade e aspectos de contextualização da narrativa?

Apenas o registro histórico feito através da narrativa pode expressar a realidade vivida pela sociedade em outro período. Nesse caso, o registro oral por áudio ou vídeo, torna a narrativa mais fidedigna a vivência dos personagens fontes.

Através de tal registro, é possível enriquecer e manter todas as emoções, experiências e opinião sem a interferência de um segundo narrador, que pode sem intenção subtrair todos os sentimentos vividos pelas fontes.

Tais sentimentos permitem a valorização da regionalidade, identidade e fontes, que comumente são esquecidas na narrativa histórica que não repassa a vivência da sociedade na época.

A memória oral e a narrativa que trata da experiência dos personagens que construíram as cidades e vivenciaram de forma direta a ação dos produtos culturais, é fundamental para o entendimento do desenvolvimento de sua região. A identidade cultural é marca de seus relatos tanto quanto a cidade é testemunha por si do crescimento de suas atividades e população.

A perda da oralidade pode representar num cenário pessimista não apenas a perda definitiva da história audiovisual não registrada, mas a perda de marcas de um patrimônio cultural imaterial. Independentemente do meio de comunicação estudado ou analisado, o objeto de pesquisa nesses casos protagoniza no âmbito da oralidade e da memória coletiva que é dinâmica, exclusiva e perecível à medida que com o fim da vida dos personagens, encerra-se a narração dos acontecimentos.

Referências Bibliográficas

BENJAMIN, W. **O narrador**. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

KESSEL, Z. **Memória e memória Coletiva**. Disponível em: <http://www.museudapessoa.net/oquee/biblioteca/zilda_kessel_memoria_e_memoria_coletiva.pdf>. Acesso em 04 de fevereiro de 2011.

LE GOFF, J. “Memória”. In: **História e Memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1994.

LOWENTHAL, D. **The past is a foreign country**. Cambridge: University Press, 1989.

PICOLLI, B. **Memória, história e oralidade**. Revista Mnemosine.V.1.nº 1. Jan. a Jun/2010. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande: UFCG, 2010. Disponível em : <http://www.ufcg.edu.br/~historia/mnemosinerevista/volume1/dossie_brasil-colonia/artigos/MNEMOSINE-REVISTA_BRASIL-COLONIA-VOL1-N1-JAN-JUN-2010-MemoriaHistoriaEOralidade.pdf> . Acesso em 12 mar 12.

RODRIGUES FILHO, L.C.; VIANNA, R. **O cinejornal e o registro da memória e do patrimônio cultural na Serra da Bodoquena**. In: Anais do XIV Congresso de Ciências da Comunicação da Região Centro-Oeste. Campo Grande: Intercom, 2012.

TEDESCO, João C. **Nas Cercanias da Memória: temporalidade, experiência e narração**. Passo Fundo, RS: UPF; Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2004.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 5ª ed. Lisboa: Ed. Presença, 1999.

ZILBERMAN, R. **Memória entre oralidade e escrita**. Revista Letras de Hoje. V. 41. nº 3. p.117 a 132. Porto Alegre: PUC-RS, 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/viewFile/621/452>>. Acesso em 13 maio 2012.